

O princípio da proporcionalidade no Direito Processual

Paulo Sérgio Pires do Amaral¹, amaral@advoabmg.org.br.

1. Mestre em Políticas Públicas e Processo pela Faculdade de Direito de Campos (FDC); professor da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG; professor da Universidade Iguaçu, Itaperuna, RJ.

RESUMO: O artigo situa o surgimento do princípio de proporcionalidade ao longo da história, analisa sua relação com os direitos fundamentais e discute sua importância no Direito Processual. Conclui que, apesar de não estar isento de críticas, o emprego da proporcionalidade possibilita soluções justas para casos concretos.

Palavras-chave: princípio da proporcionalidade, direitos fundamentais, Direito Processual.

RESUMEN: El principio de la proporcionalidad en el Derecho Procesal. El artículo sitúa el surgimiento de proporcionalidad a lo largo de la historia, analiza su relación con los derechos fundamentales y discute su importancia en el Derecho Procesal. Concluye que, a pesar de no estar libre de críticas, el empleo de la proporcionalidad hace posible soluciones justas para casos concretos.

Palabras llaves: principio de proporcionalidad, derechos fundamentales, Derecho Procesal.

ABSTRACT: The principle of proportionality in the Procedural Right. The article situates the appearance of the proportionality principle along the history, analyzes its relation with the fundamental rights and discusses its importance in the Procedural Right. It concluded that, despite of not being

exempt of criticisms, the use of the proportionality enables fair solutions for concrete cases.

Keywords: proportionality principles, fundamental rights, Procedural Right.

I – Introdução

O aparecimento do princípio da proporcionalidade não é recente. Primeiramente surgiu no século XVIII, como garantia da liberdade individual contra as ingerências administrativas (STUMAM, 1995, p. 78). A possibilidade de verificação jurisdicional dos atos administrativos requereu a criação de meios processuais hábeis para impedir que a atividade dos órgãos do poder executivo se expressasse gravosa aos direitos dos cidadãos.

Diz Stumm (1995, p. 78), que no século XIX, a idéia de proporcionalidade é necessária para limitação legal da arbitrariedade do poder executivo e, como consequência, passa a integrar o direito administrativo de polícia, estendendo-se, posteriormente, a todo o Direito Administrativo e, por fim, ao Direito Público em geral. Assim, só adquire foro constitucional e reconhecimento como princípio da ciência do direito em meados do século XX, na Alemanha.

Para o jurista alemão Heinrich Schöller:

(...) outros denominaram essa transformação como significando uma evolução do princípio da *reserva da lei* para o princípio da reserva da lei proporcional. Importa consignar que da reserva legal dos direitos fundamentais resultam os limites da atuação do legislador, pois estabelece as medidas em que o legislador poderá restringir no âmbito dos direitos fundamentais e, por outro lado, em que medida essa lei, quando usada como meio, atinge os fins desejados pela Lei Fundamental. Por essa razão, o princípio da proporcionalidade é integrado por uma relação entre fins e meios (1999, p. 96).

Segundo Bonavides (1998, p. 362), a transformação acima citada refere-se às mudanças e foi especificamente na esfera jurídico-constitucional, quando o princípio foi reconhecido após a 2ª Guerra Mundial, com a vigência da Lei Fundamental de Bonn, quando passou a constituir, segundo Stumm (1995), um imperativo substancial do Estado de Direito, que se impôs o exercício moderado de seu poder. Destaca-se, no entanto, a importância desta lei, que representou o marco inaugural do princípio da proporcionalidade em âmbito constitucional. Pode-se atribuir a esse momento histórico a passagem do Estado de Direito vinculado ao princípio da legalidade, ao Estado de Direito atrelado ao princípio da constitucionalidade.

A Corte Alemã reconhece o caráter constitucional, ainda que implícito, do princípio da proporcionalidade, pois este decorre da própria natureza e es-

sência do Estado de Direito, servindo como parâmetro para aferir se os atos do Poder Público estão pautados pelo valor superior inerente a todo ordenamento jurídico: a justiça (BARROSO, 1993, p. 128).

Entende-se, pelos estudos realizados sobre o que versa no Tribunal Constitucional Alemão, que o princípio da proporcionalidade é derivado do Estado de Direito e, por consequência, configurado como princípio constitucional.

Da mesma forma, Heck destaca que,

O Tribunal Constitucional Federal também entende o preceito da proporcionalidade, juntamente com o preceito da proibição do excesso, como resultante da essência dos direitos fundamentais. Esses, como direitos defensivos, têm um conteúdo de proporcionalidade distintivamente reconhecível; em sua interpretação e aplicação, a jurisprudência desenvolveu critérios, praticáveis e, no geral, reconhecidos, para o controle de intervenções estatais como, o preceito da proporcionalidade. Nesse contexto, ele exige que o particular fique preservado de intervenções desnecessárias e excessivas; uma lei não deve onerar o cidadão mais intensamente do que o imprescindível para proteção do interesse público. Assim a intervenção precisa ser apropriada e necessária para alcançar o fim desejado, nem deve gravar em excesso o afetado, deve poder ser dele exigível (HECK, 1995, p. 177).

Para compreensão da matéria, importante uma análise sobre o sistema de valoração ou de ponderação de valores, o que seguramente amplia o tema proposto.

Alguns autores dizem, que, no caso concreto, a ponderação entre dois direitos fundamentais atingidos pela medida legal restritiva, se justifica pelos objetivos maiores pretendidos pela Constituição, consistindo assim em um exame da proporcionalidade no sentido estrito (1995, p. 365).

Assim, o princípio da proporcionalidade em seu conteúdo, não prescinde, segundo Manoel Messias Peixinho (2001), dos três elementos apontados por Schöller (1995, p. 97-98), como o conteúdo da proporcionalidade em três níveis: a lei, para corresponder ao princípio da reserva da lei proporcional, devendo ser adequada (*geeignet*), necessária (*notwendig*) e razoável (*angemessen*).

Entretanto, a doutrina classifica esses níveis como sub-princípios, que formam a dimensão tríplice da proporcionalidade: (1) adequação; (2) necessidade ou exigibilidade e (3) proporcionalidade em sentido estrito.

A adequação se concretiza na congruência entre meio-e-fim, ou seja, se a decisão normativa restritiva (meio) do direito fundamental possibilita a obtenção da finalidade desejada. Deve-se perquirir se a medida é apta, idônea e

apropriada para atingir o resultado perseguido. Sobre isso, diz Steinmetz, “o juízo de adequação pressupõe que, conceitualmente, saiba-se o que significam meio e fim e que, empiricamente, identifique-se claramente o meio e o fim que estruturam a restrição de direito fundamental” (2001, p. 148).

E ainda, segundo o entendimento de Wilson Antonio Steinmetz,

(...) no Brasil, não está resolvido se o princípio da proporcionalidade e o princípio da razoabilidade se referem a uma mesma coisa ou se, ao contrário, não se identificam; ora o princípio da proporcionalidade é entendido como princípio, ora como postulado normativo aplicativo; inúmeros e diferentes são os fundamentos normativos apresentados; e, para coroar essa falta de unidade conceitual, diversos são os significados atribuídos pela jurisprudência do STF ao princípio da proporcionalidade (2001, p. 148).

Referido princípio condiciona a conduta do legislador, na feitura da lei, a adequar o meio ao fim como respeito aos direitos fundamentais, isto é, para que a medida restritiva seja idônea deve haver adequação do meio ao objetivo planejado, sob pena de ser considerada inconstitucional.

O juízo de adequação é, também, realizado diante de um caso particular, pois sendo a lei abstrata, pode ocorrer que, na ocasião da sua elaboração, os meios fossem adequados aos fins buscados, mostrando-se anacrônicos com o passar do tempo, configurando discordante com a Lei Magna, seja por terem se verificado ulteriores conseqüências, seja porque alguns efeitos previstos efetivamente não ocorreram.

Ainda se pode citar Caldeira, quando diz que

O princípio da proporcionalidade tem sido utilizado na interpretação constitucional e infraconstitucional, principalmente como técnica de controle de limites aos direitos fundamentais. Pois a dignidade humana, acolhida como fundamento da República Federativa do Brasil, determina que os juízes tenham com principal função aplicar as normas jurídicas de acordo com a gravidade do ato e o grau de importância do bem jurídico constitucionalmente protegido (2001, p. 95).

Já Maria Christina de Almeida assevera que

O princípio da proporcionalidade funciona como parâmetro técnico: por meio dele verificam-se se os fatores de

restrição tomados em consideração são adequados à realização ótima dos direitos colidentes ou concorrentes. Afinal, o que se busca é a garantia aos indivíduos de uma esfera composta por alguns direitos, tidos por fundamentais, que não possam ser menosprezados a qualquer título (1998, p. 371).

No contexto, em primeiro momento, entende-se que não há um consenso quanto à denominação do referido princípio. Por vezes, o princípio da proporcionalidade equivale ao termo razoabilidade (ALMEIDA, 1996, p. 42), expressão utilizada pelos americanos, entretanto, em razão de sua amplitude, mas que, nem sempre retrata com fidelidade o sentido técnico do assunto *sub examine*. Isso porque, entende-se que o princípio da proporcionalidade, independentemente das variações terminológicas, serve precipuamente para a averiguação da constitucionalidade de leis que possam interferir no âmbito da liberdade humana. Se, ao contrário, desrespeitarem a esfera dos direitos de maneira mais intensa que a exigida para sua efetividade, serão declaradas inconstitucionais.

No entanto, sua utilidade prática é evidente, pois além de efetivo controle das leis, por permitir detectar situações inconstitucionais, serve, ainda, para o juiz como fundamento para justificar uma excessiva intervenção do legislador na seara dos direitos individuais.

Por fim, a proporcionalidade em sentido estrito, reporta-se a colisão de direitos que surgem quando uma garantia de um direito acaba por afetar outro direito também protegido constitucionalmente, ocasionando a declaração da inconstitucionalidade da lei, com fundamento no princípio em análise. Sob este aspecto, Steinmetz menciona que “é a ponderação de bens propriamente dita, é o mandato de ponderação” (2001, p. 152-153).

Nosso entendimento é de que aí reside a diferença específica entre o princípio da proporcionalidade em sentido estrito e da necessidade, pois o primeiro envolve uma otimização de possibilidades jurídicas; diversamente, o último discorre sobre uma otimização com relação a possibilidades fáticas.

A pacificação do choque entre os direitos, utilizando a técnica de ponderação de bens, ocorre através dos seguintes critérios: a) quanto mais sensível se mostra a interferência da norma na posição jurídica do agente, mais sobrelevam os interesses da sociedade que com ele colidam; a) a proeminência dos interesses gerais justifica uma intromissão mais grave; c) o diverso peso dos direitos fundamentais pode criar uma escala de valores em si mesmo, como, por exemplo, o direito à vida teria preferência ao direito à propriedade.

O princípio da proporcionalidade, então, em sentido estrito aliado ao da concordância prática da proteção do núcleo essencial, limita a atividade judicial, no sentido de impedir uma inoportuna ponderação de bens do caso concreto.

É certo que as diferenças entre os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade decorrem já de sua diversa origem, por assim dizer, cultural, sen-

do o primeiro de origem germânica e o outro, anglo-saxônica, como já destacamos, havendo mesmo resistências, neste último ambiente cultural, em aceitar a aplicação do outro princípio, hoje amplamente empregado na Europa continental (CANNIZARO, 2000, p. 6).

Como acentua Queiroz (2000, p. 30), pode-se associar a razoabilidade ao aspecto substantivo do devido processo legal, como é feito no ambiente anglo-saxônico, enquanto na Alemanha a proporcionalidade vem associada ora ao princípio (estruturante) do Estado de Direito, ora ao princípio (fundamental) da dignidade humana – e, daí, ao nosso outro princípio estruturante, do Estado Democrático. Isso não é incompatível com a vinculação do princípio da proporcionalidade à cláusula do devido processo legal – e, para marcar uma vez mais sua distinção da razoabilidade, ao aspecto processual da cláusula -, a qual descende, por derivação, também ela, enquanto consubstanciada por princípio geral consagrador de garantia fundamental, daquele princípio estruturante, que é o do Estado de Direito. Já o vínculo à dignidade humana, é próprio de todo direito (e garantia) fundamental que tem seu núcleo essencial gizado por este “valor axial” de um verdadeiro Estado (de Direito) Democrático¹.

II – Relação do princípio da proporcionalidade com os direitos fundamentais

Esclarecido o conteúdo e origem dos direitos fundamentais, objetiva-se definir a imbricação do princípio da proporcionalidade no âmbito dos direitos fundamentais, não se furtando a sua aplicação em face de outros direitos, vez que a diferença reside na amplitude de sua aplicação.

O Estado Democrático de Direito está assente no primado da lei que é a fonte, por excelência, do ordenamento jurídico. O conjunto de leis é organizado pelas normas constitucionais, que são o suporte das demais normas legais na hierarquia normativa.

Ocorre, que entre as normas constitucionais não há hierarquia. Como são elas que enunciam os direitos fundamentais, surge o impasse: no conflito entre duas ou mais normas constitucionais de direitos fundamentais qual deve prevalecer?

1 Cf., mais amplamente em, COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999; NUNES, Luis Antonio Rizzatto. **Princípio Constitucional da Dignidade Humana**. São Paulo: Saraiva, 2002; MARTÍNEZ, Miguel Angel Alegre. **La Dignidad de la Persona (como Fundamento del Ordenamiento Constitucional Español)**. León: Universidad de León, 1996.

Nesse sentido, explica Karl Larenz (1997) que,

Os direitos, cujos limites não estão fixados de uma vez por todas, mas que em certa medida são abertos, móveis, e, mais precisamente, esses princípios podem, justamente por esse motivo, entrar facilmente em colisão entre si, porque sua amplitude não está de antemão fixada (LARENZ, 1997, p. 575).

As normas de direito fundamental, por apresentarem tais características, ou seja, por serem abertas e móveis, no momento de sua realização ou concretização poderão demonstrar colisões. Não havendo restrição a um determinado direito fundamental *prima facie*, sem referência concreta a um direito fundamental ou interesse constitucional (STUMM, 2001, p. 144).

A colisão de direitos fundamentais verifica-se quando, no caso concreto, o exercício de um direito fundamental por um titular impede, afeta ou restringe o exercício de um direito fundamental de um outro titular, podendo ser direitos idênticos ou distintos. É possível também a colisão entre um direito fundamental individual e um direito coletivo fundamental, considerando-o bem constitucionalmente protegido (STEINMETZ, 1995, p. 139).

Entretanto, é indispensável que os direitos fundamentais conflitantes advenham diretamente da Constituição, mediante normas expressas, ou se possa deduzi-los do conteúdo constitucional. Deste modo, “a caracterização da colisão pressupõe a interpretação constitucional” (1995, p.139).

Isso porque, a própria Constituição indica inúmeras circunstâncias que constituem restrições ao exercício dos direitos tidos por essenciais. Ou ainda, o Texto Constitucional não prevê diretamente uma restrição, mas sim a possibilidade de restrição. Assim, surge a seguinte classificação: direitos fundamentais submetidos expressamente à reserva de lei restritiva e direitos fundamentais não sujeitos expressamente à reserva de lei restritiva. Quanto aos primeiros, a restrição advém de lei, conforme disciplina o preceito constitucional. Os segundos, não estão *a priori* sujeitos a limitações por parte dos poderes públicos. As inúmeras situações concretas de exercício desses direitos revelam que é quase impossível instituir um direito em favor de alguém sem que não haja reflexos no direito de *outrem*.

Diante do tumulto que surge na colisão de normas constitucionais, devem ser considerados dois princípios de interpretação constitucional que se encontram correlacionados: o princípio da unidade da constituição e o princípio da concordância prática.

A solução destes conflitos não se pode dar através da hierarquia de valores, pois não é lícito sacrificar um direito em detrimento de outro. Como frisado acima, a ordem constitucional não é hierárquica.

Sobre a matéria, Ana Maria D'Ávila Lopes diz que

A indicação taxativa, na Constituição, dos direitos fundamentais suscetíveis de serem restringidos durante o estado de defesa ou de sítio representa, indiscutivelmente, além da garantia de sua proteção, o reconhecimento, na legislação nacional, da existência de diferenças hierárquicas claras entre os direitos fundamentais (2001, p. 179).

A solução deve observar a unidade da Constituição, tentando harmonizar os preceitos divergentes, segundo entendimento de Sales,

O intérprete deve procurar recíprocas implicações de preceitos e princípios, até chegar a uma vontade unitária na Constituição. O objetivo, evidentemente, é evitar as contradições, antagonismos e ao final, do ponto de vista jurídico, harmonizar as dúvidas utilizando para tal as técnicas próprias do direito (2001, p. 49).

Entende-se, portanto, que a concordância prática realiza a irrefragável ponderação dos valores. A realização máxima dos preceitos constitucionais depende da intensidade ou do modo como os direitos são afetados na situação de fato, atendendo o seu conteúdo e a sua função específica.

Cada direito fundamental apresenta um núcleo essencial de proteção máxima. Esse núcleo corresponde ao conteúdo essencial do direito, no plano axiológico-normativo. Afastando-se do centro, surgem os espaços de proteção progressivamente menos intensa, e modos mais atípicos ou situações menos protegidas, até o limite máximo que é definido pelos limites imanentes.

Segundo Rothenburg, a concordância prática ou harmonização quando ocorre,

A concorrência ou a colisão (oposição) de direitos fundamentais não podem acarretar o sacrifício definitivo de algum deles, sendo resolvidas, na prática, através do critério da proporcionalidade, buscando-se o máximo de aplicação com um mínimo indispensável de prejuízo dos direitos fundamentais envolvidos (2000, p. 155).

A interpretação constitucional viabiliza solucionar a colisão entre os direitos fundamentais, considerando o princípio da proporcionalidade, de modo especial a ponderação de bens que corresponde ao princípio parcial da proporcionalidade.

A ponderação deverá se pautar, portanto, em critérios racionais que demonstrarão os graus de afetação e importância dos direitos fundamentais em colisão e, logo, o direito que terá preferência. Dessa ponderação não resulta uma única solução correta, é possível obter outros resultados, contudo, sempre através de uma racionalidade fundamentada.

III – O princípio da proporcionalidade no Direito Processual

No campo processual, assim como em todas as demais áreas do conhecimento jurídico, o princípio da proporcionalidade tem grande importância na busca da solução justa ao caso concreto, principalmente no que diz respeito à preservação dos direitos fundamentais.

Apenas para aquilatar a importância do princípio, imagine como se tornaria mais fácil ao magistrado, se soubesse aplicar adequadamente o princípio como forma de perceber com maior facilidade a presença dos requisitos indispensáveis à concessão ou não de medidas liminares. Sobretudo se se tratar das chamadas liminares “satisfativas”, ou seja, que “esgotem, no todo ou em parte, o objeto da ação”, pois, conforme acentua Marcelo Lima Guerra, “quando, para neutralizar um *periculum in mora*, não há outra via senão uma *antecipação fática* que “esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação” (1997, p. 92). Uma medida cautelar assim configurada deve ser concedida, e lei infraconstitucional não poderá proibir tal concessão. Certamente, seu trabalho tornar-se-ia bem mais simples e objetivo.

Da mesma forma, Marinoni diz que

Muitas vezes o juiz terá que correr o risco de sacrificar um direito para tutelar outro. Tal possibilidade é legítima, pois, se não há outro modo para evitar um prejuízo irreparável a um direito que parece provável, deve-se admitir que o juiz possa correr o risco de provocar um prejuízo irreparável ao direito que lhe parece improvável. Nesse caso – explica o jurista –, o princípio da probabilidade deve ser conjugado com o princípio da proporcionalidade, já que, quando um direito deve ser sacrificado em proveito de outro – o que pode ocorrer não só no juízo sumário –, faz necessária a ponderação dos direitos em choque (1999, p. 109).

Ademais, não se pode negar a semelhança, que de fato existe, entre os dois primeiros aspectos da proporcionalidade, quais sejam, a adequação e a necessidade, com o interesse de agir como condição da ação no Direito Processual brasileiro.

Com efeito, a doutrina brasileira traz que o interesse de agir (ou processual) resta configurado quando, com base nas afirmações do autor, esteja pre-

sente o binômio necessidade/adequação da tutela por ele pretendida. Ou seja, para aquilatar a presença do interesse de agir, ao verificar as alegações do autor, devem ser feitas as seguintes perguntas, partindo-se do princípio (hipotético e preliminar) de que as afirmações autorais são verdadeiras: somente através da providência solicitada ele poderia satisfazer sua pretensão (necessidade da providência)? Essa providência é adequada a proporcionar tal satisfação (adequação da providência)?

Dessa forma, pode-se afirmar, com segurança, que o Juiz, mesmo sem conhecer o princípio, sempre que analisa as condições da ação está aplicando, ainda que inconscientemente, duas facetas da proporcionalidade em sentido lato.

A par disso, o próprio Código de Processo Civil cuida, em alguns casos, de exigir a aplicação do princípio da proporcionalidade. É o que ocorre, por exemplo, nos casos do art. 620: “Quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor.”

Assim, nesse caso, o juiz deverá, necessariamente, utilizar o princípio da proporcionalidade, na sua dimensão de exigibilidade, que é conhecido pelos processualistas com o nome de “princípio da menor onerosidade”. Aliás, já se decidiu, com base nesse dispositivo, que se caracteriza “como exacerbada a determinação de se proceder ao desligamento das linhas telefônicas penhoradas, se não existe qualquer indício de defraudação da garantia.” Aplicou-se, indubitavelmente, no caso, o princípio da proporcionalidade (vedação ao excesso).

Outro caso em que há a exigência legal de aplicação do princípio da proporcionalidade é o do art. 805 do CPC, com a redação dada pela Lei 8.952/94: “A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.”

Vale relembrar que, em face da evolução operada no estudo do princípio da proporcionalidade, mormente em face de sua “aceitação constitucional”, esses dois dispositivos citados são, ou melhor, entende-se ser, inócuos, ou pelo menos, dispensáveis, já que, quer queira quer não, a proporcionalidade há de ser observada em todos os casos, independentemente de lei exigindo sua aplicação.

IV – Considerações finais

Apesar de não estar isento de críticas, o emprego da proporcionalidade será sempre compensado pela possibilidade de se dar uma solução justa ao caso concreto, uma vez que, não é recomendável a aplicação automática e indiscriminada da lei.

O julgador, como corolário lógico de seu nobre mister, deverá aplicar, sempre que se confrontar com uma situação em que se necessite preservar direitos fundamentais, *o princípio da proporcionalidade*.

Hodiernamente é preciso que tanto o operador do direito, bem como o julgador do caso concreto considerem o lado social e as condições do réu para tão somente aplicar a Justiça. Para tanto, o princípio da proporcionalidade, nada mais é do que o *mediador*, dando àquele a medida de uma justiça proporcional e razoável.

A função jurisdicional, portanto, só terá sentido se comprometida com os postulados constitucionais; do contrário, a Lei Maior estaria subjugada a uma categoria menor no ordenamento jurídico.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Christina. Uma reflexão sobre o significado do princípio da proporcionalidade para os direitos fundamentais. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba, ano 30, n. 30, 1998.

BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

BONEVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

CALDEIRA, Adriano. O princípio da proporcionalidade. **Revista da Faculdade de Direito de Guarulhos**, ano. 3, n. 4, jan./jun., 2001.

CANNIZZARO, Enzo. **Il principio della proporzionalità nell'ordinamento internazionale**. Milão: Giuffrè, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GUERRA, Marcelo Lima. **Estudos sobre o processo cautelar**. São Paulo: Malheiros, 1997.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. (Org.). **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

HECK, Luiz Afonso. **O Tribunal Constitucional Federal e o desenvolvimento dos princípios constitucionais**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. Tradução de José Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. Hierarquização dos direitos fundamentais? **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, ano 9, n. 34, p. 179, jan./mar. 2001.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MARTÍNEZ, Miguel Angel Alegre. **La dignidad de la persona (como fundamento del ordenamiento constitucional español)**. Léon: Universidad de Léon, 1996.

NUNES, Luis Antonio Rizzatto. **Princípio constitucional da dignidade humana**. São Paulo: Saraiva, 2002.

QUEIROZ, Raphael Sofiati de. **Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade das normas – e suas repercussões no processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2000.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Direitos fundamentais e suas características. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, ano 8, n. 30, p. 155, jan./mar., 2000.

SALES, Volusia Aparecida. Hermenêutica e interpretação das normas constitucionais. **Revista do Curso de Direito das Faculdades Integradas de Guarulhos**, Guarulhos, ano 3, n. 5, p. 49, jul./dez. 2001.

SCHOLLER, Heinrich. O princípio da proporcionalidade no Direito Constitucional e Administrativo da Alemanha. **Revista Interesse Público**, Brasília, v. 1, n. 2, abr./jun., 1999.

STEINMETZ, Wilson Antônio. **Colisão de direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

STUMM, Raquel Denize. **Princípio da proporcionalidade: no Direito Constitucional brasileiro**. Porto alegre: Livraria do Advogado, 1995.